

Alguns elementos da economia política da guerra na história da ordem capitalista mundial — o caso do Brasil (extratos de tese de doutorado)¹

Paulo Alves de Lima Filho²

Resumo

A trajetória do complexo bélico na história do Ocidente moderno, em especial na aventura colonial portuguesa e sua transformação no Brasil como perseguição do objetivo de gerar uma potência nacional. O complexo bélico na evolução dos capitalismo nascidos de revoluções burguesas conservadoras na Europa e Américas. Evolução do complexo bélico até a fase imperialista, como complexo industrial-militar. O projeto brasileiro de forjar um complexo industrial-militar na segunda metade do século XX. Projeções do capitalismo brasileiro em busca de potência bélica.

Palavras-chave: complexo industrial-militar; potência bélica nacional; colonização portuguesa.

Resumen

La trayectoria del complejo bélico en la historia del Occidente moderno, especialmente en la aventura colonial portuguesa y su transformación en Brasil como búsqueda del objetivo de generar una potencia nacional. El complejo bélico en la evolución de los capitalismos nacidos de las revoluciones burguesas conservadoras en Europa y América. Evolución del complejo bélico hasta la fase imperialista, como complejo industrial militar. El proyecto brasileño de forjar un complejo militar-industrial en la segunda mitad del siglo XX. Proyecciones del capitalismo brasileño en busca del poder militar.

Palabras clave: complejo militar-industrial; poder nacional de armas; Colonización portuguesa.

Abstract

The trajectory of the war complex in the history of the modern West, especially in the Portuguese colonial adventure and its transformation in Brazil as a search for the objective of generating a national power. The war complex in the evolution of capitalism born from conservative bourgeois revolutions in Europe and America. Evolution of the war complex to the imperialist phase, as a military-industrial complex. The Brazilian project to forge a military-industrial complex in the second half of the 20th century. Projections of Brazilian capitalism in search of military power.

Keywords: military-industrial complex; national military strength; Portuguese colonization.

¹ LIMA FILHO, Paulo Alves. **A economia política do complexo industrial-militar** - o caso do Brasil. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 1993.

² Editor da Revista Fim do Mundo. Coordenador Geral do IBEC. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Mestre em Economia pela Universidade da Amizade dos Povos 'Patrice Lumumba' – Moscou – Rússia. | palf1951@gmail.com



Não há no mundo grande realização que não comece pelo sonho. O sonho é a própria realização em estado potencial. É a nebulosa difusa e confusa donde saem os mundos.

(Monteiro Lobato, O escândalo do petróleo e ferro)

50

Introdução

Trinta e um anos após a defesa de minha tese, em 1993, ousou dar à luz alguns extratos de capítulos que me pareceram interessantes para tratarmos do tema da guerra na ordem mundial capitalista, tema deste número 11 de nossa revista Fim do Mundo, desde o espaço das revoluções burguesas conservadoras, em especial a do Brasil, passando rapidamente por outras (Paraguai, Rússia, etc.). Espero que essas linhas tenham se mantido à altura de virem à luz sem ofender o estado atual das pesquisas sobre o tema. Como sabemos, sempre é arriscado mexermos no baú dos antigos guardados, quanto mais quando eles pertencem a outro século. Peço indulgência aos leitores deste 2024 para com minhas pretéritas e mal traçadas ousadias teóricas.

EXTRATO I

Bases para a compreensão da economia política do militarismo nos capitalismos tardios e mais-que-tardios [42-56]

1. A nobreza acende a tocha - fundamentos da Economia Política do Brasil Potência

E porque era púbrica voz e fama que se êl ia pera Ingraterra, veendo Rui Pereira tanto poboo a redor dele, braadando todos que o queriam por senhor, disse ua tal razom contra o Meestre:
- Queres que vos diga, Senhor? Vós dizem que vos iis pera Ingraterra; mas a mim parece que boom Londres é este.

(Fernão Lopes, Crônica de D.João I, 1ª parte, cap. 22)



1.1. A nobreza acende a tocha - o destino anunciado do Brasil-potência

Por mais óbvio que possa parecer e mais estranho que à primeira vista se nos ocorra, é necessário tentarmos apreender o processo da industrialização brasileira e nele, do papel dos militares até os dias atuais, sob a óptica de uma história que se mundializa. Nada e muito menos este rincão da terra ficou impune. O Novo Mundo é cria do bojudo ventre do capital mercantil em processo de ininterrupta expansão e por ele passam todas as relações sociais e conquistas do pensamento humano. E se não nos colocamos firmemente no solo dessa história, corremos o sério risco de nos perdermos nos liames de singularidades inexplicáveis.

E a história do Brasil, vista desse modo se nos apresenta como marcada pelo signo de um destino anunciado.

Esse destino é o de vir a tornar-se uma potência. De tal forma que o Marquês de Alorna, D. Pedro, em 30 de maio de 1801, dirigindo-se ao Príncipe Regente, viu-se plenamente habilitado a dizer-lhe que

... A balança da Europa está tão mudada que os cálculos de há dez anos saem todos errados na era presente. Em todo o caso, o que é preciso é que V.A.R. continue a reinar, e que não suceda à sua Coroa o que sucedeu à de Sardenha, à de Nápoles e o que talvez entra no projecto das grandes Potências que suceda a todas as coroas de segunda ordem da Europa. V.A.R. tem um grande Império no Brasil, e o mesmo inimigo que ataca agora com tanta vantagem, talvez que trema e mude de projecto, se V.A.R. o ameaçar de que se dispõe a ser imperador naquele vasto território adonde pode facilmente conquistar as Colônias Espanholas e aterrar em pouco tempo as de todas as Potências da Europa. Portanto, é preciso que V.A.R. mande armar com toda a pressa os seus navios de guerra, e todos os de transporte, que se acharem na Praça de Lisboa - que meta neles a Princesa, os seus Filhos, e os seus Tesoiros, e que ponha tudo isto pronto a partir sobre a Barra de Lisboa...³.

À inexorável decadência de Portugal, se antepunha a miragem de uma potência alternativa, revivificadora da matriz condenada. Projeto que não se inicia no século dezenove, já que "Abandonar a Europa para fundar

³ NORTON, Luis, A corte de Portugal no Brasil, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1968, p. 13.



no Brasil um Império, fôra, em Portugal, desde o século XVI, um plano esboçado, estudado maduramente por soberanos e estadistas, quando circunstâncias políticas tornaram periclitante a soberania portuguesa, ou esta foi ameaçada por estranhas tentativas de absorção" .

Numa linha que vai desde Martin Afonso de Souza, passando por Filipe II de Espanha, Pe. Antonio Vieira, temos D. Luis da Cunha, que, em 1738, diz a D. José:

Que é Portugal? Uma ourela de terra, que divide em três partes, de que a primeira não é, ainda que o poderia ser, bem cultivada, que a segunda pertence às Ordens Eclesiásticas, compreendendo as monásticas, e que a terceira produz um pouco de grão que todavia não basta para a subsistência, sem que lhe venha de fora". Daí que "para poder conservar Portugal necessita (o príncipe) totalmente das riquezas do Brasil, e de nenhuma maneira das de Portugal, que não tem para sustentar o Brasil"⁴.

O conselho que daí naturalmente brota é o que afirma ser

mais cômodo e mais seguro estar onde se tem o que sobeja, que onde se espera o de que carece⁵,

e, finalizando:

Acabarei pois esta minha visão, dizendo a Vossa Majestade que sem embargo de não ser já tempo de falar nela, pode vir algum (de que Deus nos livre) em que não seja mal lembrada⁶.

Considerações de idêntico teor, ao mesmo tempo expressando a relação de mútua dependência entre Portugal e Brasil, constatamos nas Instruções de Martinho de Mello e Castro a Luis de Vasconcellos e Souza acerca do governo do Brasil, em 1779, onde se dizia que havia de se atentar para a "conservação das tropas na América, particularmente no Rio de Janeiro", já que "é demonstrativamente certo que, sem Brasil, Portugal é uma insignificante potência, e que o Brasil sem forças, é um preciosíssimo tesouro

⁴ NOVAES, Fernando, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808, São Paulo, Hucitec, p. 199.

⁵ NOVAES, op.cit., p. 199.

⁶ NORTON, op.cit., p. 15.



abandonado a quem o quiser ocupar"⁷. Cinco décadas mais tarde, em 1830, é José Bonifácio que, nas observações de Pontois, nos diz que

tous ces traités de commerce & d'amitié conclus avec les Puissances de l'Europe étaient de pures sottises, qu'il n'aurait jamais laissé faire, s'il eut été ici. Le Brésil, est, ajoutait-il, une Puissance transatlantique, qui ne doit rien avoir à démêler avec l'Europe, & qui n'a aucun besoin des Etrangers: ceux-ci, au contraire, ont grand besoin du Brésil; qu'ils y viennent donc tous commercer, rien de mieux; mais sur le pied de la plus parfaite égalité, sans autre protection que celle du droit des gens, & à la condition de ne pas se mêler, le moins du monde, des affaires de l'Empire: autrement il faut leur fermer les Ports, & leur interdire l'entrée au Pays⁸

Convém notar que tal filão ideológico, remontando ao século XVI, é paralelo, mas não derivado, de uma visão da América grandiosa - "La América Latina será grande, fuerte y gloriosa..."⁹-, ainda que miserável - "Pero no hay males que sean eternos, y un día abrirán los ojos esos pobres pueblos a quienes se les niega toda libertad de moverse y se les priva de todos los hombres capaces e inteligentes, que podrán llevar a cabo la obra de *realizar en pocos años el porvenir grandioso a que están llamados por la naturaleza aquellos países, que hoy permanecen estacionarios, empobrecidos, devastados*"¹⁰.

Assim sendo, quando à imagem de um Brasil no final do século XIX, visto como um país que se "erguia na América como o representante mais alto da Civilização latina"¹¹, seguem-se as visões da futura potência nacional em Cincinato Braga e nas correntes ideológicas dos anos 20 e 30¹² e, dando um salto na história, chegados a 1970, deparamo-nos com a seguinte assertiva,

⁷ NOVAES, op.cit., p. 139.

⁸ RANGEL, Alberto, No rolar do tempo (opiniões e testemunhos respigados no arquivo de Orsay-Paris), Rio de Janeiro, José Olympio, 1937, p. 28.

⁹ RODO, Jose Enrique, La America Nuestra, La Habana, Casa de Las Americas, 1977, p. 123.

¹⁰ SARMIENTO, Domingo F., Facundo-civilización y barbarie, Madrid, Alianza Editorial, 1970, p. 209 (grifo nosso).

¹¹ QUEIRÓS, Eça, Notas contemporâneas, Porto, Lello, 1923, 4ª ed., p. 477, (1898).

¹² CAPELATO, Maria Helena, Os arautos do liberalismo, São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 69; cap. I.



1.1.1. O Brasil-potência: o pensamento econômico português e brasileiro

Eça de Queiroz, em 1898, falando sobre Eduardo Prado, comenta as impressões que causara sobre o brasileiro o advento da República:

E quando soube desarraigada bruscamente, n'uma madrugada de Novembro (e pela ferramenta menos limpa e destra para desarregar instituições, uma espada), todos os seus fortes sentimentos de patriota, de legista, de intelectual, mesmo de artista, se rebelaram, escandalizados. Com o desaparecimento do Império ele temia o desaparecimento do velho Brasil, da sua sociedade esmerada e culta, dos seus costumes graves e doces, da sua disciplina social, da sua segurança legal, da sua harmonia econômica, da sua autoridade entre as Nações, de toda aquela Ordem formosa que o erguia na América como o representante mais alto da Civilização latina.

E a este desaparecimento desastroso, ainda acrescia, para indignar e aterrá-lo, o advento do Jacobinismo:

previa, assim, que a "tal seita"... "ia pertencer a sua Pátria, que cinquenta anos d'ordem, de trabalho, de cultura, de paz, tinham elevado no Mundo.

Incapaz de se dar conta, embalado que estava na placidez ilusória da hegemonia escravocrata, das turbulências inadiáveis que campeavam nos arraiais da ordem, mergulha no pesadelo da destruição daquela "formosura" sóbria e culta, do presente mundialmente respeitado e daquele futuro grandioso. Neste sentido, ele era secundado por toda uma longa estirpe de

¹³ MATOS, Gal. Meira, Doutrina Política de Potência, Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1970, p. 14-15. ¹⁵ QUEIROZ, Eça de., op.cit., p. 477; 478 (respectivamente).



pensadores, antes de tudo por aqueles ligados à economia política, tanto no ramo português quanto no brasileiro.

José da Silva Lisboa, depois Visconde de Cairu, fundador da economia política pátria, em vários de seus livros "contrapôs a economia política às idéias de 'convulsões políticas', indicando sempre a superioridade da ciência econômica para que a nação alcançasse o 'bem comum'. Finalmente, no seu *Leituras*, recorreu a um argumento, atribuído a William Fairplay e apresentado no prefácio da 'undécima edição do Riqueza das Nações', que sintetiza bem suas ideias sobre o assunto: "a economia política não tem conexão com o jacobinismo"¹⁴. Como afirma Penalves:

A uma aguda percepção da realidade, o pensamento da economia política portuguesa e brasileira contrapunha uma proposta de evolução econômica centrada na vida da "reforma do estado e das instituições"¹⁵,

constituindo-se numa verdadeira ideologia contrarrevolucionária.

A aguda percepção do atraso português, fazia com que muitos de seus pensadores e estadistas tivessem muita clareza sobre o definhamento do papel de Portugal no concerto das potências europeias, e era imediatamente responsável pela elaboração da 'teoria' do Brasil como futura potência alternativa àquela decadência. No entanto, essa alternatividade se dava nos marcos da conservação do sistema colonial, ou, então, como se deu, impossibilitado o sistema de manter-se devido aos constrangimentos imperialistas de uma Inglaterra, França ou Espanha, transmigra-se a monarquia, mantendo intacto o alicerce daquele sistema, o trabalho escravo; muito embora o atraso português já exigisse a eliminação do atraso nas "artes", i.e., das fábricas. Como observa Novaes,

Os doutrinadores mercantilistas portugueses do século XVII, e, entre eles sobretudo Duarte Ribeiro de Macedo, com a insistência de reformadores ousados, clamaram contra o atraso que a ausência de manufaturas manifestava¹⁶.

¹⁴ ROCHA, Antonio Penalves, O nascimento da Economia Política no Brasil, tese de doutorado, USP, p. 315.

¹⁵ ROCHA, A. Penalves, op.cit., p. 318.

¹⁶ NOVAES, Fernando, op.cit., p. 129-130. ¹⁹ Idem, p. 131.



A recuperação do equilíbrio da balança comercial exigia a "introdução" das "artes", ao lado do fomento à vinda de artifices estrangeiros para as manufaturas:

De Gomes Solis a Ribeiro de Macedo se forma a escola do pensamento mercantilista português: o ponto de partida de suas indagações era sempre o atraso de Portugal ou mesmo da Ibéria em relação aos centros mais dinâmicos da economia européia¹⁷,

e, prosseguindo,

de qualquer modo, fosse uma política empiricamente conduzida, ou um esforço planejado de recuperação como nos parece mais correto, o fato é que o fomento industrialista é sobremaneira tardio em Portugal na Época Moderna. Destarte, a metrópole do Brasil atingia o último quartel do século XVIII com uma enorme defasagem em relação aos países na vanguarda do desenvolvimento econômico. Assim é, que, ainda nesta última, tumultuosa, e sob tantos aspectos brilhante, etapa do Antigo Regime, o pensamento econômico português, apesar de informado já por outras linhas de idéias e bafejado pelo otimismo tão característico da Ilustração, mantém muito vivo no centro de suas reflexões o problema herdado dos mercantilistas: o atraso, a decadência¹⁸.

A aguçada percepção do atraso, no entanto, não faz surgirem um verdadeiro industrialismo e um necessário protecionismo, nem muito menos, portanto, uma economia política à altura da superação dos problemas constatados, ou seja, à altura de recuperar a antiga situação de potência de primeira ordem. O decaimento de Portugal é inexorável e o Brasil é a alternativa de potência mais à mão.

1.1.2. A impotência teórico-prática do mercantilismo português

O reformismo pombalino, situado nas brechas de profundas transformações na divisão internacional do trabalho, enquadra-se nos constrangimentos da expansão comercial e territorial do capital manufatureiro às vésperas da revolução industrial. Mais particularmente

¹⁷ Idem, p. 131.

¹⁸ Ibidem, p. 133.



após o tratado de Methwen (1703) e durante a longa e infrutuosa manobra de contenção dos ímpetus napoleônicos. Assim,

a partir dessa época reforça-se a dependência em relação à Inglaterra e passa a dar-se um exocentrismo da economia portuguesa¹⁹.

De pleno acordo com o figurino reformista propugnado pela economia política portuguesa, já se situava também o reformador que precede a Pombal, o Conde da Ericeira (1686). Ele,

simboliza uma política que tem por expoentes a proteção do mercado nacional dos produtos estrangeiros, com certos obstáculos às importações inglesas, a vinda da Itália, Inglaterra e França, de artífices textéis e a incentivação da cultura das amoreiras como prelúdio do arranque da indústria têxtil da seda²⁰.

Esses dois momentos de reformas induzidas, contam com um acervo de medidas práticas caracterizador das políticas protecionistas dali e d'além mar:

estabelecimento de unidades estatais, a concepção de subsídios e isenções ao setor privado e a promulgação de uma legislação condicionadora... Este 'condicionamento industrial' radica evidentemente na inexistência de unidades privadas dinâmicas, na falta de uma acumulação industrial, mas também reflete a extensão às atividades industriais das formas de propriedade feudal, através do regime de concessões²¹.

Essas concessões matam as possibilidades de expansão do capital manufatureiro.

A essência antirrevolucionária da economia política do mercantilismo português e brasileiro, faz com que as reformas empreendidas no sentido de recuperar o estatuto prévio de potência por parte de Portugal, ou aquelas de ascensão ao status de potência de segunda ordem, permaneçam nos horizontes da miséria, perdidas em suas próprias contradições. O Conde de

¹⁹ FERREIRA, Antonio Fonseca, A acumulação capitalista em Portugal - das origens da nacionalidade aos inícios do século XIX, Porto, Afrontamento, 1977, p. 129.

²⁰ FERREIRA, Antonio Fonseca, op.cit., p. 97.

²¹ Idem, p. 97-98.



Ericeira se suicida e Pombal embarca com a família real para o Brasil, sem que a decadência portuguesa se estanque. Como fomentar a expansão do capital manufatureiro e privilegiar a acumulação do capital mercantil? Como expandir o capital industrial e privilegiar o trabalho escravo? De que vale reformar o estado, dotando-o de instrumentos adequados para a consecução de suas tarefas produtivas no rumo do fomento das manufaturas, se não se tocar nas relações sociais determinantes do atraso?

1.1.3. Particularidade teórico-prática da Economia política brasileira

Ao se deslocarem do foco da análise os processos revolucionários, acomodando-se, assim, à realidade da subordinação do capital ao estado monárquico, as terapêuticas da economia política luso-brasileira se processavam nos marcos de insanáveis contradições. Se havia alguma dose de realismo no projeto de "introdução" da indústria têxtil da seda em Portugal em finais do século XVII, já a "introdução" da indústria têxtil em São Paulo nas primeiras décadas do século XIX, como transposição mecânica do mercantilismo português, aqui sob a batuta teórica de Cairu, apresenta escandalosa contradição²². Essa economia política, portanto, expressa o movimento real dessas sociedades, condenadas a serem caudatárias da expansão ininterrupta do capital nas potências centrais. Expressa, conseqüentemente, uma das formas ideológicas da razão de estado, uma das mais poderosas formas de expressão dos interesses materiais das classes dominantes. Como observa Rocha, a respeito do pensamento de Cairu,

a teoria social, elaborada pelas mãos de José da Silva Lisboa, apresentava uma alternativa às 'convulsões políticas' e, com isso, se projetou no plano das representações políticas, sugerindo a reforma como modelo para a prosperidade, quer fossem reformas econômicas (o livre-comércio), políticas (o estado liberal) ou sociais (a mitigação da escravidão).

Tais reformas bastavam para o atendimento dos interesses imediatos da grande lavoura escravista; tudo que ultrapassasse

²² MELLO, Maria Regina Ciparrone. A industrialização do algodão em São Paulo, São Paulo, Perspectivas, 1983, p. 79; o trabalho de Cairu se intitula Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas, Rio de Janeiro, Imprensa Regia, 1810.



ao atendimento de tais interesses, tornava-se uma aventura política com riscos enormes²³.

Sem, contudo ser revolucionário, é necessário notar, nas correntes da mesma matriz ideológica, o surgimento do "reformismo mais adequado". Este sempre corre ao lado das contradições e as espelha de maneira mais radical, exatamente porque expressa os interesses de forças não predominantes. Ao lado da hegemonia do livrecambismo escravocrata de Cairu, surge, assim, um reformismo mais consequentemente industrialista de um Maciel da Costa²⁴. Reformismo não-revolucionário a expressar os interesses de um capital mais ávido em transformar-se em industrial, cômico dos limites inexpugnáveis impostos ao capital pela utilização do trabalho escravo²⁵. Reformismos mais ou menos "adequados" que, no entanto, não abandonam a ideologia do "Brasil potência".

1.1.4. O pensamento econômico brasileiro e a questão do Brasil-potência

Entrementes, entre o livrecambismo de Cairu, ou o mais consequente industrialismo de Maciel da Costa, e a peroração do Gal. Meira Matos em 1970, permeia todo um ciclo histórico caracterizado pela crescente impraticabilidade da manutenção do trabalho escravo e pela premência da expansão do capital, processando-se através da exploração da força de trabalho. Esta última, quando se generaliza, cria naturalmente a possibilidade para a expansão do capital industrial. Destarte, da perplexidade de Eduardo Prado com o desmoronamento do aparentemente sólido edifício da monarquia até a revolução de 1930, lavram o solo histórico vários estratos sociais e classes. No entanto, na ausência do 'povo', tal como ocorreu na Europa das revoluções burguesas, a crise do capital cafeeiro agroexportador - cujo desenlace se acelera com a crise do capitalismo mundial dos anos 20 - se encerra com a vitória, pela força das armas, das forças burguesas representantes do pensamento econômico mais "adequado".

É evidente que essa adequação se forja em diálogo com a história do capitalismo mundial, como aliás não deixou de ser, em nenhum momento, o processo da evolução do pensamento econômico metropolitano, do Império brasileiro, ou da República. Nenhuma das correntes alinhadas com o projeto

²³ ROCHA, Antonio Penalvez, *op.cit.*, p. 319.

²⁴ Idem, p. 308.

²⁵ Ibidem, p. 301.



secular do Brasil potência, foi propriamente 'autóctone', sejam os agraristas sob a influência de Henry George e dos fisiocratas; sejam os antiagraristas seguidores dos utilitaristas - Hume e Bentham, e os antiliberais, sob vária influência - desde List, passando pelos clássicos, ou até mesmo seguindo as pegadas do New Deal²⁶. Evidentemente, cada uma dessas filiações teóricas expressa, antes de mais nada, interesses materiais imediatos mais ou menos indisfarçáveis.

Ora, o exclusivismo livre-cambista dos exportadores de café, inimigos do aumento do poderio do estado regulamentador, taxador e do protecionismo - que pressupunha a 'dispersão' dos fundos públicos no rumo dos industriais -, e amigos incondicionais dos capitais forâneos - pois ligados ao complexo mundial da agroexportação - se encontrava evidentemente, sob inspiração fisiocrática ou georgista²⁷. Por sua vez, os liberais antiagraristas eram capazes de apreender a ascensão inevitável e necessária do capital industrial, num mundo já dominado pelo capital monopolista e caminhando celeremente para a hegemonia americana. Os antiagraristas, obviamente, são igualmente ferrenhos partidários dos capitais externos - num mundo capitalista onde o Brasil só pode desenvolver-se em situação de "interdependência" -, e admitem a intervenção estatal no auxílio ao capital industrial, desde que esta não desloque radicalmente o eixo tradicional do poder, nas mãos das antigas elites. Estes liberais antiagraristas são de filiação utilitarista²⁸. Os antiliberais, antes de mais nada representados pelos industriais, estavam imediata e diretamente interessados na conquista de posição dominante no concerto dos capitais. Obviamente adeptos da mais ampla regulamentação estatal da economia - necessária para o estabelecimento de condições as mais adequadas para a expansão do capital industrial -, do protecionismo - grande fabricante de indústrias -, e igualmente da mais ampla contribuição dos capitais estrangeiros²⁹. No entanto,

havia entre os representantes das diferentes facções várias divergências quanto aos assuntos de caráter econômico, mas um mesmo objetivo os unia: o fim do atraso e a conquista do

²⁶ CAPELATO, Maria Helena, *op.cit.*, p. 55-56, 59, 62-63.

²⁷ CAPELATO, M.H., *op.cit.*, p. 48.

²⁸ CAPELATO, *op.cit.*, p. 49.

²⁹ *Idem*, p. 53, 58, 63; SIMONSEN, Roberto, *A evolução industrial do Brasil*, São Paulo, Revista dos Tribunais, FIESP, 1939, p. 70.



progresso. Esse alvo deixou evidente a ambição dos setores dominantes: ainda que por caminhos diversos, queriam ver o país alçado a uma posição de hegemonia, ou seja, vislumbravam o Brasil como potência de primeira grandeza³⁰.

1.1.5. A lenta ascensão do capital industrial

Como podemos supor, no Brasil, a superação mais adequada dos impasses socioeconômicos, assim como ideológicos, não poderia ser simples. Confluem assim para o final da década de 20 uma plethora de contradições inconciliáveis. As bases políticas e econômicas do poder da oligarquia do café haviam ruído, insuportáveis para as burguesias periféricas. Estas se encontravam irremediavelmente afastadas do poder por meio de uma democracia representativa que de fato patenteava o poder territorial dos fazendeiros de café, cujo declínio era solidário com a crise mundial do capitalismo e com o surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho sob a crescente hegemonia americana e alemã. Em tal situação o caudal do revolucionarismo da baixa oficialidade, tendo os tenentes à cabeça, podia arrastar (e acabaria arrastando) o proletariado urbano à sua luta, dando assim, uma nova conotação às plataformas do reformismo burguês. E mais, trazia essa conjuntura em seu bojo a possibilidade da revivescência de separatismos latentes. Tornou-se, assim, evidente a necessidade da tomada e da manutenção do poder pela força das armas³¹.

Civis e militares novamente encenam mais um episódio do lento e tortuoso processo de ascensão e hegemonia das forças políticas do capital industrial, daquelas forças que direta e indiretamente estavam voltadas para a consecução de novos patamares de progresso burguês. (42-56)

³⁰ CAPELATO, Maria Helena, *op.cit.*, p. 66.

³¹ SODRÉ, Nelson Werneck, *História militar do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 237-251.



EXTRATO II
OS MILITARES EMPALMAM A TOCHA
[56-93]

2. Rumo a uma economia política da soberania nacional

Como os tanks, os aviões de bombardeio sobre as cidades encolhidas de pavor, os gases asfixiantes e as terríveis minas, o seu estilo e a sua personalidade nasceram das clarinadas caóticas da guerra.

Porque eu continuarei a chamar guerra a toda esta época embaralhada de inéditos valores e clangorosas ofensivas que nos legou o outro lado do Atlântico com as primeiras bombardas heroicas da tremenda conflagração europeia.

(Oswald de Andrade, *Memórias sentimentais de João Miramar*)

2.1. Elementos para uma economia política da soberania nacional - o papel do Exército e da guerra

Não confundo, como você imagina, o problema econômico com o militar. Mas também não os dissocio illogicamente. A mim me parece que *os imperialismos sustentam exércitos gigantescos e invencíveis esquadras para garantirem, antes de tudo, a intangibilidade de seus interesses econômicos*. Nessas condições, quando nós, *que somos frágeis sob qualquer ponto de vista*, quisermos apossar-nos daquilo que legalmente, incontroversamente, lhes pertence, nada lhes impedirá, moral, legal, materialmente, que venham indenizar-se, do calote sofrido, a coice de armas. *Esse desagravo é natural e viabilíssimo*. E que lhes poderemos opor, então? Na verdade, nem força moral, nem recurso legal, nem resistência material. (...) A natureza não evolui por saltos. (...) É tempo, portanto, de emendar-nos dessa perigosa ilusão de correr fitando estrelas, quando o terreno que temos sob os pés está cheio de tropeços. *Em tal situação, é prudente andar devagarzinho, apalpando as escabrosidades do caminho*.



(Da carta de Juarez Távora a Luis Carlos Prestes, encerrando a polêmica por eles mantida, em meados de 1930³²; grifo nosso).

A Guerra do Paraguai forjou o instrumento capaz de derrotar a monarquia e ver-se no centro de uma república incapaz de garantir uma suave transição para formas políticas mais adequadas à livre expansão de outros capitais que não somente aqueles diretamente ligados à agroexportação. As contradições sociais latentes passaram a ter no Exército uma tal reverberação, em que, aliadas à força e ao caráter da corporação, adquiriram a capacidade de mobilizar e organizar esforços para a sua resolução³³. Em particular, a baixa oficialidade, sob a vanguarda dos tenentes, se constituía numa espécie de "partido político renovador", e aliados aos civis, se constituíram no aríete revolucionário dos anos vinte³⁴.

No entanto, a particularidade da inserção do Exército na vida política do país e sua condição de corporação estatal dependente, para sua realização plena enquanto "senhores da guerra", de pré-condições industriais, fazem, muito precocemente, dentro das fileiras militares, surgir expoentes do pensamento revolucionário e nacionalista. É o caso de Serzedelo Correia, que já em 1903 condenava a predominância de uma economia política que 'apertou os laços de colônia que a (nação) prendem ao estrangeiro"³⁵. Esta corrente de pensamento é representada posteriormente por Alberto Torres, expressamente citado por Juarez em sua réplica ao manifesto de Luis Carlos Prestes³⁶.

Assim, o revolucionarismo dos tenentes sulca um solo histórico fartamente abonado pelo sentido de urgência das transformações. A longa queda do Olimpo aristocrático escravocrata desemboca na revolução de 1930; o processo de expansão do capital necessita abrir caminho por sobre a crise do café; o capital industrial nascente, em expansão, necessita afiançar-se; a história mundial é uma ampla fonte de inspiração para reformadores e revolucionários. Por sua vez a linha de continuidade, quanto à consciência dos problemas coloniais e republicanos, não está rota.

³² TAVORA, Juarez, *Uma vida e muitas lutas, memórias*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1973, 3ª ed., p. 360, 359.

³³ FAORO, Raimundo, *Os donos do poder*, Porto Alegre-Rio de Janeiro, Globo, 1985, 6ª ed., vol. 2, p. 678679; SODRÉ, N. W., *op.cit.*, p. 232.

³⁴ SODRÉ, N. W., *op.cit.*, p. 212-213.

³⁵ TAVORA, Juarez, *op.cit.*, p. 196-197.

³⁶ *Idem*, *op.cit.*, p. 353.



A questão do atraso e da superação deste através do fomento da indústria, contra o privilegiamento da monocultura, enfim, a conquista de uma nova posição na divisão internacional do trabalho, ao lado das potências centrais, permanecerá acesa durante todo o trajeto republicano até os nossos dias. A permanência dos militares (evidentemente ao lado dos "civis") no centro dessa questão se deve, antes de mais nada, ao fato de que estes têm e "tinham, pela posse das armas, alguma possibilidade de luta"³⁷, ao passo que o 'povo', antes de mais nada os seus setores proletários, pouca ou nenhuma capacidade ou possibilidade de intervenção apresentavam³⁸, seja porque a aceitação da inevitabilidade da luta de classes estava fora dos limites da política tradicional das classes dominantes liberais, seja devido ao baixo nível de maturidade política e organização sindical e partidária dos assalariados³⁹.

2.2. Guerra e industrialização (1): projeções nacionais da guerra do Paraguai

A realização da urgência histórica através da industrialização acelerada é contemporânea do Império e República. De meados do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX, havia-se observado a industrialização de duas potências europeias, da principal potência asiática - o Japão, e dos Estados Unidos. Estas potências haviam deflagrado inúmeras guerras parciais, haviam expandido imperialisticamente os seus territórios econômicos e haviam-se engalfinhado em uma guerra mundial. Tudo isso com a ajuda essencial de novas forças bélicas. A exemplaridade dessa evolução não havia ficado despercebida por parte de nossas elites econômicas e políticas. Tanto que, em carta endereçada ao Secretário da Justiça e Interior do Estado de São Paulo, J. Cardoso de Almeida, o Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores, em 22 de abril de 1905, respondendo ao pedido de Cardoso de Almeida sobre a vinda de uma missão francesa para a reorganização da Força Pública do Estado, afirma:

³⁷ SODRÉ, N. W., História da burguesia brasileira, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964, p. 293.

³⁸ Idem, p. 294.

³⁹ VIANNA, Luis Werneck, Liberalismo e sindicato no Brasil, Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1976, vide cap. 3; ANTUNES, Ricardo, Classe operária, sindicatos e partidos políticos no Brasil, São Paulo, Cortez, 1982, vide cap. III; SANTOS, W. G., Ordem burguesa e liberalismo político, São Paulo, Duas Cidades, 1978, vide 'A praxis liberal no Brasil'.



Exmo. amigo e Sr.Dr. Cardoso de Almeida. Peço a V.Ex. muitas desculpas das duas cartas com que me honrou, manifestando o desejo do Sr. Presidente de S.Paulo de que eu procure obter um oficial do exército francês para servir de instrutor da força militar de polícia de S. Paulo. Quando aqui estive o Dr. Godoi, eu lhe disse que me parecia melhor pedir esse instrutor ao exército alemão, que é o primeiro da Europa. Há nêle oficiais que falam corretamente o francês e o italiano. Peço a V. Ex. que consulte o Sr.Dr. Tibiriçá e me responda. Pelo telégrafo tratarei do assunto quer o instrutor tenha de vir da França, quer da Alemanha⁴⁰.

Tais processos de apreensão da contemporaneidade dos sucessos mundiais, se dão, além do mais, devido ao fato de que boa parte dos filhos das oligarquias brasileiras, antes de mais nada dos fazendeiros de café, completam seus estudos na Europa, o que, aliás, é norma desde a Colônia. As escolas prussianas e francesas eram normalmente aquelas pelas quais passavam os rebentos brasileiros. Em 1905, por exemplo, Tibiriçá, Presidente do Estado de São Paulo, e nascido em Paris, em 1855, estuda, em São Paulo, no colégio alemão de Barth. Após a guerra do Paraguai, segue com a mãe para Paris. Termina seu curso secundário na Suíça e estuda agronomia e filosofia na Alemanha, respectivamente em Stuttgart e Zurich. Por sua vez, o intermediário nas tratativas sobre a vinda da missão militar, da Legação do Brasil em Paris, Gabriel de Piza, estudara medicina na Universidade de Pensilvânia e fizera cursos de aperfeiçoamento em Londres e Berlim⁴³.

Muito antes disso, entretanto, já despontara a necessidade de colocar-nos a passo com os avanços bélicos das potências europeias. A guerra do Paraguai, fora, para o Brasil, o que fora a guerra da Criméia para a Rússia imperial. Após ela, observa Sodré:

tornava-se cada vez mais difícil o aparelhamento das forças armadas, pelo desenvolvimento das técnicas, com a indústria pesada, e pelo fato de que o Brasil permanecia sem condições para ingressar na etapa da industrialização. Começa, sub-repticiamente, a repontar, na consciência dos militares de terra e do mar, porque as relações objetivas são, nisso, de clareza

⁴⁰ BARRETO DO AMARAL, Antonio, 'A missão francesa de instrução da força pública de São Paulo (19061914)', in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, nº CLXXII, 1968, p. 56. ⁴³ BARRETO DO AMARAL, Antonio, op.cit., p. 55, 57-58.



meridiana, a necessidade de impulsionar a indústria, de abandonar o estágio agrário-exportador, a ligação entre indústria pesada e armamento e, conseqüentemente, entre país desenvolvido industrialmente e forças armadas organizadas e eficientes. Estas, a pouco e pouco, e a guerra contra Lopez fôra prova concludente, tornavam-se organizações complexas, compatíveis apenas com países em que a produção tivesse atingido o grau de complexidade necessário à manutenção delas. Surge a iniciativa de mandar oficiais à Europa, estudar os novos armamentos.

Assim,

foi a partir da guerra do Paraguai que o Exército ganhou, entre nós, a estabilidade e coesão interna, que dele fariam daí por diante, o ponto de maior resistência do nosso organismo político", [de tal forma que] "o Exército que surge da guerra com o Paraguai é força nova na vida do país, - não será relegado mais a segundo plano, não se conformará com isso, não se conformará com um papel subalterno na vida nacional⁴¹.

O Exército e os setores mais lúcidos das classes dominantes descobriram, com a guerra do Paraguai que a realização do Brasil potência - cujo legado ideológico carregavam desde o berço -, passava simultaneamente pela indústria de bens de capital, condição indispensável para a realização da potência bélica. Ou seja, como momentos mutuamente determinados, apareciam a potência industrial e a potência bélica, em que esta última se apresentava como condição "sine qua non". Dessa forma, o movimento próprio, natural, do Exército, no rumo da satisfação de suas necessidades existenciais, desembocava na constatação de suas limitações materiais, limitações essas que eram as do próprio país. Portanto, superar as limitações no caminho da transformação do Exército em força bélica moderna, significava inexoravelmente transformar as relações sociais e políticas brasileiras, desvinculando-as de tais prementes objetivos.

Com a guerra de 14, e com a entrada nela do Brasil, em 17, observamos mais uma oportunidade em que as limitações materiais do Exército mostraram-se mais do que evidentes:

⁴¹ SODRÉ, N. W., História Militar..., op.cit., p. 142, 138, 141, respectivamente.



No que dizia respeito ao aparelhamento material, a situação era precaríssima. E surgiam, agora, iniciativas, cujas finalidades eram transparentes, de introduzir indústrias inteiras de armas e munições, como se houvesse aqui uma siderurgia altamente desenvolvida, que as suprisse do necessário, como se a demanda interna de canhões fosse inexaurível. Os estabelecimentos industriais existentes estavam reduzidos a situação deprimente, "aí há de tudo, menos trabalho", observaria Calógeras⁴².

E mesmo depois da II guerra mundial, tal situação não estava ainda radicalmente sanada⁴³, ou seja, apesar de urgente, necessária e de certo modo evidente, a consciência de que a construção das 'indústrias de base' ainda não havia se tornado uma realidade irreversível, plena⁴⁷.

2.3. Guerra e industrialização (2): a Guerra da Criméia e a industrialização da Rússia

No panorama europeu, os "exercícios de banditismo" do segundo Napoleão, "le petit", Napoleão III, num determinado momento de ruptura temporária do "mecanismo de diplomacia da 'Questão do Leste'", redundaram na Guerra da Criméia (1854-1856), "o acontecimento mais próximo a uma guerra geral europeia entre 1815 e 1914"⁴⁴. Nas palavras de Volk:

Começou a Guerra da Criméia (de 1853 a 1856). Rússia, atrasada nos aspectos técnico e econômico, recebeu os golpes das duas potências mais poderosas daqueles tempos, que contavam com uma indústria muito desenvolvida. O exército russo estava apetrechado com armas de cano liso, ao passo que os exércitos aliados possuíam fuzis de cano estriado. Aos navios a vapor dos aliados se opunham os vetustos veleiros russos. Devido à ausência de linhas férreas no Sul, o exército russo sentia grande carência de pólvora e víveres. No verão de 1854, a frota aliada atacou as cidades situadas às margens dos

⁴² SODRÉ, N. W., História Militar..., op.cit., p. 195.

⁴³ TRONCA, Italo, Agentes da industrialização na República - a prática política dos militares (1930-1945), São Paulo, USP, Mimeo, 1976, p. 152. ⁴⁷ Idem, p. 153.

⁴⁴ HOBBSBAWN, Eric, A era do capital - 1848-1875, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 94.



mares Báltico, Branco e do Oceano Pacífico. As guarnições russas rechaçaram o inimigo em todos os frentes. Mas os aliados decidiram assestar o golpe principal na Criméia.

Um exército aliado de sessenta mil homens, que desembarcou perto de Eupatoria em setembro de 1854, sitiou Sebastopol, base principal da frota russa. A marcha das operações mostrou a inépcia dos generais de Nicolau I, acostumados aos desfiles, mas incapazes para o combate. As derrotas sofridas na Criméia exerceram, pelo visto, certa influência no tzar, até então deslumbrado pela aparência de seu poderio. Ao morrer Nicolau I, em fevereiro de 1855, correram rumores de que ele havia-se envenenado⁴⁵.

De fato,

a situação transformou-se numa carnificina internacional importante e notoriamente incompetente, entre a Rússia, de um lado, e a Inglaterra, França e Turquia, de outro, e na qual estima-se que mais de 600 mil pessoas tenham perecido, sendo que 500 mil delas por doença: 22% das tropas inglesas, 30% das francesas e cerca da metade das russas. (...) Os resultados diplomáticos de tal guerra foram temporários ou insignificantes (...). Os resultados políticos de longo alcance foram mais sérios. Na Rússia, a rígida crosta da autocracia tzarista de Nicolau I (1825-55), já sob pressão crescente, rachou. Uma era de crise, reformas e mudanças começara ali, culminando na emancipação dos servos⁴⁶.

Para termos uma ideia da dimensão das contradições socioeconômicas, basta assinalar que o conde Kanrin, Ministro da Fazenda de Nicolau I, se manifestava "abertamente contra o fomento industrial do país". Ele afirmava que:

A produção fabril engendra na classe inferior a imoralidade da rebelião, a exigência de maiores salários". "As vias férreas são o autêntico mal do século. Induzem o desejo de realizar

⁴⁵ HISTÓRIA DE LA URSS, Moscou, Progresso, 1977, cap. VIII (Volk), p. 230-231.

⁴⁶ HOBBSAWN, Eric, op.cit., p. 94-95.



frequentes viagens sem a menor necessidade e aumentam, deste modo, a inconstância do espírito de nossa época⁴⁷.

Como vemos, algo perfeitamente dizível na boca de nossos mais empedernidos escravocratas. E aqui podemos notar um dos aspectos da defasagem histórica entre a industrialização russa e a brasileira. Se a questão servil, na Rússia, passa a ser resolvida - muito embora pela "via prussiana", como observou Lenin⁴⁸ - a partir de 1861 (de tal forma que Flerovsky-Bervi, em 1855, espanta-se com o número de proletários no campo, aparentemente surgidos não se sabe de onde - "O proletariado se aproximou de nós como um ladrão"⁴⁹ - e já estamos próximos dos trinta milhões de 'almas'), entre nós, Juarez Távora, na carta em que encerra a polêmica com Luis Carlos Prestes, condena em alto e bom som, aquilo que ele denomina de "extremismo da lei de 13 de maio"⁵⁰. De fato, afirma, Juarez,

um verdadeiro estadista não se teria contentado, em 88, como os retrógrados, com a lei do ventre livre e a da emancipação dos sexagenários. Mas teria também divergido do radicalismo humanitário dos abolicionistas. Pugnaria pelo meio-térmo de uma solução mais equitativa e sábia, que estabelecesse, por exemplo, a alforria da mulher, garantido-lhe a constituição integral do lar; a abolição dos castigos corporais e outros direitos dos senhores sobre os escravos, que tornavam infame o regime servil; a remuneração parcial do trabalho do escravo varão, capaz de o ir preparando economicamente para a futura liberdade; um prazo razoável de cinco, dez ou quinze anos, para a extinção total do trabalho servil. Isso teria evitado, da mesma forma, a hediondez da vida das senzalas; teria melhor preparado o negro para os encargos de futuro cidadão; teria evitado a desorganização econômica que liquidou, de chôfre,

⁴⁷ HISTÓRIA DE LA URSS, op.cit., p. 211.

⁴⁸ LENIN, V. I., Obras Escogidas, Argentina, Ed. Cartago, 1974, p. 281-282.

⁴⁹ BERVI-FLEROVSKY, V. V. Obras escolhidas, t. 2., 'Tridsat millionov proletariiev', p. 344; Moscou, Ed. Literatura Sócio-Econômica, 1959. (tradução do original russo, PALF).

⁵⁰ TAVORA, Juarez, Memórias, op.cit., p. 359.



muitos 'senhores' e perturbou consideravelmente a própria economia nacional⁵¹.

Daí a recomendação principal quanto ao ritmo e caráter das transformações socioeconômicas, no sentido de que 'é prudente andar devagarzinho, apalpando as escabrosidades do caminho", já que "a natureza não evolui por saltos"⁵². No que somos tentados a responder com uma observação de Monteiro Lobato, lá por volta de 26, que se bem não é resposta direta ao 'hiper-prussiano' líder revolucionário, cabe-lhe como uma luva:

É assim que a humanidade caminha napoleonicamente, leninescamente, aos sacões. A prudência, tão preconizada pelo artritismo dos marqueses de Maricá, é a virtude que apenas conserva, como o vinagre conserva o pepino, mas não cria coisa alguma⁵³.

De acordo com Juarez, nosso futuro homem livre, futuro cidadão, que então, após o prazo de cinco a quinze anos (e por que não vinte ou vinte e cinco?), no qual seu trabalho a soldo 'parcial' haveria salvado o Brasil de maiores crises econômicas, seria liberto sem qualquer possibilidade de vir a tornar-se sequer um pequeno proprietário, ou seja, haveria permanecido tudo como sempre fôra, menos a falência repentina dos senhores.

2.3.1. Finais do séc. XIX - o retorno da guerra como instrumento de política nacional e suas consequências

De maneira geral, a guerra da Criméia vem consolidar a

recuperação da guerra como instrumento normal de política governamental, já que não mais se acreditava que a guerra devia ser evitada com medo da conseqüente revolução, e já que estava também convencido (corretamente) de que os mecanismos de poder eram capazes de mantê-las nos limites desejados. A rivalidade econômica não levava além de atritos locais numa era de expansão, onde parecia haver lugar para todos. Mais ainda, nesta era clássica de liberalismo econômico, a competição comercial estava mais próxima de independência

⁵¹ TAVORA, Juarez, Memórias, op.cit., p. 359.

⁵² TAVORA, Juarez, op.cit., p. 359.

⁵³ LOBATO, Monteiro, Na antevéspera, São Paulo, Brasiliense, 1946, O. C., p. 67.



frente a qualquer apoio governamental do que nunca, antes ou depois⁵⁴.

Tal 'resgate' da guerra como natural prolongamento da política de estado, fica claro naquilo que disse Horsman no parlamento inglês:

Sabemos que a França apoiará o Imperador até que a nossa vacilação permita prosperidade à sua política externa, mas tenho motivos para pensar que o abandonará mal lhe oponhamos uma resoluta oposição¹. Tudo dependia de localizar a guerra, ou seja, de a realizar com a alta aprovação da Europa. A própria França tinha que se preparar a pouco e pouco para a guerra, mediante uma série de hipócritas tratados de paz e um repetido fracasso.

E segue:

apenas por intervenção da Rússia foi possível a guerra⁵⁵.

Inaugurada assim a forma política 'natural' dos imperialismos, podemos vislumbrar o grau de entrelaçamento entre uma "política de guerra", o fortalecimento da indústria e os efeitos das crises cíclicas sobre a "segurança nacional" das potências. Assim, se

a guerra da Criméia, com sua incompetência característica, falhou em usar adequadamente a tecnologia já existente, (...) as guerras da década de 1860 já iriam empregar a estrada de ferro para mobilização e transporte adequados e o telégrafo disponível para rápidas comunicações. Também nesta época, foram desenvolvidos os barcos de guerra e suas derivações, a artilharia pesada, as armas de guerra de produção em massa, incluindo a metralhadora Gatling (1861), assim como os modernos explosivos passaram a ser usados - a dinamite foi inventada em 1866 - trazendo consequências significativas para o desenvolvimento das economias industriais. Portanto, todos estavam mais preparados e próximos dos massacres das guerras modernas do que em qualquer época anterior⁶⁰.

⁵⁴ HOBBSAWN, Eric, *op.cit.*, p. 96.

⁵⁵ MARX, Karl, Sr. Vogt, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976, p. 195-196. ⁶⁰ HOBBSAWN, Eric, *op.cit.*, p. 97.



Cabe notar que, dado o caráter da tecnologia empregada até a primeira grande depressão (1873-1896), os processos de equiparação tecnológica se davam com muita rapidez. A conquista de uma certa homogeneidade tecnológica era, assim, uma questão facilmente superável. Observamos, portanto, naqueles países que se industrializam (antes de mais nada na primeira onda de industrialização pré-depressão de 1873-96), a reprodução do sistema produtivo inglês - sem que para isso essas industrializações tenham necessidade de lançar mão do protecionismo -, irá caracterizar o período propriamente imperialista. A "complementaridade restrita" estabelecida entre a economia inglesa e a das potências industriais nascentes era dona de uma dinâmica superadora da complementaridade e instauradora da concorrência entre essas mesmas economias. O momento seguinte, é óbvio, ao desaparecimento da complementaridade, passará a exigir restrições tarifárias e ampliação da escala dos estabelecimentos industriais, como forma de garantir baixos custos (taxas de lucros crescentes, ou no mínimo estáveis) para a manutenção das exportações e sua expansão. Nesse momento, as escalas de produção, os sistemas financeiros adequados à manutenção de uma alta concentração do capital (e centralização), a penetração maciça da ciência como força produtiva direta do capital, farão com que as industrializações processadas após a grande depressão, e adentrando o século vinte, sejam cada vez mais marcadas por limitações fantásticas⁵⁶.

2.3.2. Marx e Engels sobre a industrialização russa

A catástrofe da guerra da Criméia e a urgência da necessidade da industrialização, particularmente do bloco de setores dinâmicos da produção de bens de capital, empurrarão decisivamente a Rússia no sentido da aceleração do tempo histórico. A guerra teve força para arrancar a Rússia da letargia secular - assim como para fazer o mesmo com outros países, devido a outras guerras, ou o simples "resgate" da guerra como "política por outros meios" -, para acertar o passo rumo à sua transformação em potência de primeira linha. No caso da Rússia, com longa história de pretensões e ação imperialista, tratava-se de mantê-la como potência, só que agora como potência industrial, ou melhor, industrial-militar. No entanto, esses estímulos

⁵⁶ OLIVEIRA, Carlos A. Barbosa de, O processo de industrialização do capitalismo originário ao atrasado, Campinas, Tese, mimeo, s/d., p. 167-176.



não se espalharam uniformemente pelos países europeus. Como observa Hobsbawm,

a pura catástrofe pode, às vezes, vir em socorro do capitalismo, como ocorreu na Alemanha: duas guerras destruíram tal quantidade de fábricas antigas que a instalação de fábricas novas e modernas era simplesmente um imperativo. A ameaça de catástrofe econômica pode gerar também um incentivo fortíssimo para se gastar na modernização recursos que de outra forma não seriam aplicados. E, com efeito, durante a Grande Depressão (principalmente nas décadas de 1880 e 1890) a ameaça óbvia que pairava sobre a indústria britânica, bem como o estado sombrio em que ela se encontrava, fizeram com que se falasse muito em modernização, e provocaram muita pressão por parte de determinadas indústrias para modernização de outras, das quais seus lucros dependiam, e conduziram mesmo a alguma modernização real". (...) "A mudança técnica na parte de engenharia acelerou-se consideravelmente, ainda que em parte *não por pressão de concorrência econômica, e sim militar - ou seja, forçada pela indústria de armamentos, em rápido processo de expansão e modernização, e principalmente pela Marinha*⁵⁷.

No entanto, o processo de cartelização ou trustificação da economia britânica ficou muito aquém daquele que vinha se processando nos EUA e Alemanha, e por fim estagnou:

A Grande Depressão não foi infelizmente, bastante grande para assustar a indústria britânica e obriga-la a mudanças realmente fundamentais⁵⁸.

A Inglaterra recua, de acordo com a linha do menor esforço, a mais barata, para seu império colonial formal ou informal, fugindo da indústria e centrando-se nas atividades financeiras, capazes de manter a taxa média de lucros⁵⁹.

Entrementes, a industrialização russa não esmorece. A alavanca de sua organização é o estado, atuando este através de subsídios, protecionismo,

⁵⁷ HOSBSBAWN, Eric, Da Revolução Industrial ao imperialismo, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1983, p. 176 (grifo nosso).

⁵⁸ Idem, p. 176-177.

⁵⁹ Ibidem, p. 177.



empresas estatais, financiamentos, assim como atração de volume considerável de capitais estrangeiros, ao lado da manutenção de salários reais muito baixos e da ampla utilização de trabalho servil e semi-servil, tanto na agricultura quanto na indústria⁶⁰.

Com respeito à industrialização da Rússia no pós guerra da Criméia, considero bastante elucidativa a correspondência de Engels e Marx com Danielson entre 1868 e 1895, em que os temas particulares desse processo servem para a análise de industrializações de capitalismo mais que tardios, ocorridos já em pleno século vinte: como é o caso do Brasil e particularmente, com respeito à questão relacionada à potência industrial-militar deste, momento central deste trabalho.

Tratando do tema envolvendo desenvolvimento econômico e guerra moderna, e, conseqüentemente, do surgimento de uma forma particular de economia política - a economia política de guerra, com respeito à Rússia, diz Engels:

Mas eu sustento que a produção industrial significa hoje em dia grande indústria, vapor, eletricidade, máquinas têxteis e teares mecânicos, e finalmente, máquinas que produzem máquinas. A partir do dia que a Rússia importou as estradas de ferro, a introdução desses meios modernos de produção foi inevitável. Vocês **têm** que poder fabricar suas próprias locomotivas, vagões, caminhos, e isto só pode ser feito de forma barata se são capazes de *construir* no país essas coisas que desejam consertar. A partir do momento que *a guerra se transformou em um ramo da grande indústria* (barcos, couraçados, artilharia de canhões estriados, de tiro rápido e de repetição, rifles de repetição, balas recobertas de aço, pólvora sem fumaça, etc.), *a grande indústria, sem a qual todas essas coisas não podem ser feitas, tornou-se uma necessidade política*. Não se pode ter todas essas coisas sem uma manufatura metalúrgica altamente desenvolvida. E esta manufatura não pode existir sem um correspondente desenvolvimento de todos os demais ramos da manufatura, particularmente o têxtil⁶¹.

⁶⁰ HISTORIA DE LA URSS, op.cit., p. 251-252.

⁶¹ MARX, Karl; DANIELSON, N. F., ENGELS, F., Correspondência - 1868-1895, Mexico, Siglo Veintiuno edit., 1981, p. 228 (22/9/1892) (grifo nosso).



Sobre as medidas de governo no sentido de enfrentar o atraso, prossegue Engels:

Concordo com você ao fixar-se por volta de 1861 o começo da nova era industrial de seu país. O que caracterizou a guerra foi a desesperada luta de uma nação com primitivas formas de produção contra nações de produção moderna. Os russos compreenderam isso perfeitamente. Daí sua transição às formas modernas, transição irrevogável devido ao decreto de emancipação de 1861. Uma vez admitida esta necessidade do trânsito dos primitivos métodos de produção que prevaleciam em 1854, aos modernos, que agora estão começando a prevalecer, é secundária a questão de se o processo de estufa para favorecer a revolução industrial por meio de tarifas protecionistas ou proibitivas foi vantajoso ou mesmo necessário, ou se não foi. Esta atmosfera de ativação da indústria faz com que o processo seja agudo, pois de outra maneira poderia haver conservado uma forma mais crônica. *Comprime em vinte anos seu desenvolvimento que de outro modo haveria consumido sessenta ou mais.* Mas isso não afeta a natureza do próprio processo, o qual, como você diz, data de 1861. O certo é que se a Rússia realmente necessitasse e estivesse determinada a ter uma grande indústria própria, não poderia tê-la se não fosse com **certo** grau de protecionismo, coisa que você admite. Logo, desde este ponto de vista, também o problema do protecionismo é só de grau, e não de princípio; *o princípio era inevitável*⁶².

Sobre o significado da opção econômica russa frente à indústria doméstica, de acordo com Engels:

E quanto a este aspecto da questão - a destruição da indústria doméstica e dos ramos da agricultura que a servem - o verdadeiro problema de vocês me parece que é esse: que os russos tiveram que decidir se *sua própria grande indústria* haveria de destruir sua manufatura doméstica, ou se esse processo haveria de levá-lo a cabo *a importação de mercadorias inglesas*. Com protecionismo, a realizavam os

⁶² MARX, K., DANIELSON, N. F., ENGELS, F., op.cit., p. 290 (grifo nosso). ⁶⁸ Idem, p. 290 (grifo nosso).



russos: sem protecionismo, os *ingleses*. Isso me parece completamente evidente⁶⁸.

Os problemas da grande indústria em países sem comércio externo significativo, apresentando processos externos e internos contraditórios; sobre os mercados, sua expansão e a guerra, diz Engels:

Devido a que a produção capitalista é uma fase cheia de contradições internas que se desenvolve e se tornam evidentes à proporção de seu desenvolvimento. Esta tendência a destruir seu próprio mercado ao mesmo tempo que o criam é uma delas. Outra é a *bezvikhodnoie polojienie* (situação insolúvel) a que conduz e que em países **sem** mercado externo como Rússia se desenvolve antes que em países mais ou menos capazes de competir no mercado mundial. Esta situação sem aparente saída, encontra sua saída, no caso dos últimos países, na abertura violenta de novos mercados. Mas mesmo assim nos deparamos com um *cul de sac*. Atente para a Inglaterra. O último novo mercado que ao abrir-se ao comércio inglês poderia ter uma ressurreição passageira da prosperidade, é a China. Por isso o capital inglês insiste em construir estradas de ferro chinesas. Mas o caminho de ferro chinês significa a destruição de toda a base da pequena agricultura chinesa e da indústria doméstica. E como nem sequer haverá o contrapeso de uma *grande indústria* chinesa, centenas de milhões de seres humanos serão colocados na impossibilidade de viver. A consequência será uma imigração em massa tal como o mundo jamais viu. Uma inundação da América, Ásia e Europa pelo odiado chinês, uma concorrência de mão de obra com o operário americano, australiano e europeu sobre a base do nível de vida chinês, que é o mais baixo de todos. E se até então o sistema de produção não mudou na Europa, terá que mudar nesse momento⁶³.

De acordo com Engels, esse processo de desenvolvimento da grande indústria trará resultados inesperados para as classes dominantes russas:

A produção capitalista prepara a sua própria ruína, e você pode estar seguro de que também fará o mesmo na Rússia. Pode

⁶³ MARX, DANIELSON, ENGELS, op.cit., p. 291.



produzir, e se dura bastante certamente o fará, uma revolução agrária radical. Me refiro a uma revolução que arruinará tanto os *pomieschiki* (fazendeiros) como os *mujiks* (camponeses), substituindo-os por uma nova classe de proprietários de terras que se recrutará entre os *Kulaks* (camponeses ricos) das aldeias, ou os especuladores burgueses das cidades. Seja como for, estou seguro de que os conservadores que produziram o capitalismo na Rússia se assombrarão terrivelmente um dia pelas consequências de seus próprios atos⁶⁴.

Isso porque, no que respeita ao curso da história e do papel das classes dominantes, ainda que defendidas por um estado burocrático-militar, tal como era a monarquia militarista russa,

Por mais autocráticos que sejam, *en dernier lieu*, todos os governos somente são executores das necessidades econômicas de sua própria situação nacional. Poderão executar essa tarefa de diferentes maneiras - bem, mal, ou regular -; *poderão acelerar ou deter o desenvolvimento econômico e suas consequências políticas e jurídicas, mas à la longue têm que seguí-lo*. Se os meios com os quais se levou a cabo a revolução industrial em Rússia foram ou não os mais adequados, esta é outra questão, e nos levaria demasiado longe discutí-la. *Para meu objetivo basta a comprovação de que esta revolução industrial era inevitável*⁶⁵.

E concluindo:

Uma nação de 100 milhões de habitantes, *que desempenha um importante papel na história mundial*, não pode, nas atuais condições econômicas e industriais, eternizar-se no grau de desenvolvimento em que se encontrava a Rússia até a guerra da Criméia⁷².

2.3.3. A particularidade da industrialização russa

Assim, de acordo com Engels, a manutenção da soberania política na Europa capitalista do final do século exigia a conquista da soberania

⁶⁴ MARX, DANIELSON, ENGELS, op.cit., p. 291.

⁶⁵ Idem, p. 276-277 (18/6/1892) (grifo nosso). ⁷² Ibidem, p. 276 (18/6/1892) (grifo nosso).



econômica, desde o momento em que a grande indústria se transformou em instrumento determinante das guerras. A industrialização rompe o padrão tradicional das relações econômicas e militares tradicionais. A Rússia enquanto potência econômica exportadora de cereais, produzidos com trabalho semiescravo, num mundo não industrial, era uma verdadeira potência bélica⁶⁶. Impossível, entretanto, manter esse status com a base da produção material plenamente industrial das demais potências europeias. O fracasso da guerra da Criméia calara fundo na consciência de uma nobreza zelosa do poderio grão-russo⁶⁷. O período de reformas que se abre está diretamente determinado pelas conclusões derivadas do fracasso militar da guerra.

Por sua vez, em resposta às observações de Engels, corroborando-as, a montagem da indústria pesada russa está imediatamente voltada para a construção do complexo industrial militar. Complexo esse montado sob a tutela direta do estado, já que a autocracia desejava manter a burguesia longe das decisões estratégicas, não permitindo que esta influenciasse os rumos da ação estatal. Essa situação foi transformada durante a guerra de 1914, já que o complexo estatal não foi capaz de desincumbir-se à altura⁶⁸. Observamos um acentuado incremento na produção do ferro e aço, do petróleo, da pólvora, da indústria têxtil, assim como a rápida expansão das vias férreas, na produção do carvão e de todos os ramos industriais subsidiários do núcleo pesado⁶⁹.

Evidentemente, foi necessário lançar mão do protecionismo, do concurso maciço dos capitais estrangeiros (antes de mais nada da Alemanha, Inglaterra, França e Bélgica) e da superexploração da classe trabalhadora. O afluxo de capitais estrangeiros se dirigia, fundamentalmente, para a indústria pesada⁷⁰. Aliás, a teoria do protecionismo, na Rússia, datava do século XVIII, muito antes de List, portanto. Nikolai Mordvinov (1754-1845), grande fazendeiro, marechal e homem de estado russo, havia desenvolvido a teoria do protecionismo, muito embora defendesse a situação de escravidão dos camponeses. Ele não só propôs o protecionismo, contra as opiniões de

⁶⁶ HISTORIA DE LA URSS, op.cit., p. 179.

⁶⁷ KENNEDY, Paul, Ascensão e queda das grandes potencias, Rio de Janeiro, Campus, 1989, p. 174, 197-198.

⁶⁸ HISTORIA DE LA URSS, op.cit., p. 346-347, 352.

⁶⁹ OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de, op.cit., 180-183, 187.

⁷⁰ HISTORIA DE LA URSS, op.cit., p. 251, 252.



Storch - que defendia o caráter agrário da Rússia, e a desnecessidade e impossibilidade do país sair da situação de "dependência dos povos estrangeiros"-, como também a necessidade de desenvolver a extração de carvão, ampliar a metalurgia e a pesquisa de jazidas minerais, assim como a extração do ouro. Ao mesmo tempo, e relacionando com a expansão desses ramos da indústria, defendeu a construção do setor de máquinas que produziam máquinas, em bases estatais, subsidiado e vendido aos fabricantes com juros de 3%. Essas, para ele, eram medidas para liquidar o atraso russo, garantindo, dessa forma a

autonomia e independência econômica e política da Rússia⁷¹.

Me parece interessante, a política de atração do capital estrangeiro para financiar a "indústria estatal de guerra". Witte, com suas opiniões e ações, enquanto, ministro das finanças (1892-1903), justificava seu especial empenho em atrair grandes volumes de capital forâneo sob a forma de créditos para as empresas privadas, na abertura de filiais de empresas estrangeiras no país, assim como na associação de capitais estrangeiros com os nacionais, devido a que, além desses capitais enriquecerem material e tecnicamente a economia do país, eles se "dissolveriam" nela. De fato, o DI russo se nos apresenta como um amplo complexo industrial multinacional orientado estrategicamente à construção de um complexo bélico poderoso⁷². Isso inaugura, entre os finais do século XIX e início do XX, um processo que caracterizará o capitalismo nas décadas posteriores à II Guerra Mundial (e, particularmente, as industrializações na periferia colonial e ex-colonial).

Poderíamos, portanto, falar no caráter particular da economia política da industrialização russa, que é a de industrializar o país no prazo o mais exíguo possível, com o objetivo declarado de montar um complexo industrial militar com o fito de ela continuar a ser uma potência européia imperialista. Dessa forma, garante a sua autonomia e independência econômica e política através da internacionalização de seu mercado interno e, particularmente, da multinacionalização de seu DI e do estímulo à monopolização da economia e da fusão cada vez mais acentuada do capital monopolista com o estado. Ao

⁷¹ ISTORIA RUSSKOI EKONOMITCHESKOI MYSLI, Moscou, Izd. Sotsialno-Ekonomitcheskoi Literaturi, 1958,

T. 1, parte II, p. 65-66. (tradução do russo, PALF)

⁷² HISTORIA DA LA URSS, op.cit., p. 291-292.



mesmo tempo, se mantém um governo autocrático, militarista, altamente repressor, garantidor da superexploração dos trabalhadores e dos interesses dos grandes capitalistas e fazendeiros.

Como podemos notar, a industrialização russa é possuidora de uma "modernidade" muito semelhante àquela que caracterizará a brasileira. Ao que tudo indica, entretanto, a crença de Witte na dissolução dos capitais multinacionais não foi muito acertada. A política exterior do império, à medida que o financiamento externo aumentava, com o conseqüente aumento de sua dívida externa, ia-se norteando pelos interesses dos mais poderosos credores, até que a primeira guerra, ao desorganizar a economia russa (e antes de mais nada o complexo industrial militar), pôs de manifesto a política de chantagem dos credores, quando estes passaram a exigir pagamento em metálico das importações estratégicas feitas pela Rússia, as quais invariavelmente se atrasavam em muitos meses (mesmo depois de pagas)⁷³.

Um outro momento, que caracterizará as industrializações pós-grande depressão, será a altíssima concentração da produção industrial em poucas grandes empresas, de tecnologia a mais moderna⁸¹.

2.3.4. O papel da urgência histórica e da guerra nas industrializações tardias

A marcha forçada da industrialização, a tremenda compressão do tempo histórico através da onipresença do estado, a extrema tensão de todas as contradições sociais latentes, impossíveis de serem todas uniformemente resolvidas em uma complexa sociedade de classes - onde interesses díspares e poderosos se digladiam -, caracterizarão as industrializações dos capitalismo tardios alemão, russo, italiano, etc. As industrializações da fase imperialista, por sua vez, sofrerão as mesmas limitações, só que em grau ainda maior e com limitações também muito mais sérias, antes de mais nada devido ao fato da vigência de explícita agressividade por parte das potências em suas "zonas de influência", assim como ao atraso relativo das economias das ex-periferias coloniais. Isto não quer dizer que a contemporaneidade apresente lapsos marcantes na cultura e na economia política.

⁷³ HISTORIA DE LA URSS, op.cit., p. 292, 353-354; MAURO, Frederic, Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p. 301. ⁸¹ OLIVEIRA, C. A. Barros de, op.cit., p. 188-189; HOBBSBAWN, Eric, A era dos impérios, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 406-407.



No Brasil, Serzedelo Correa apresenta, sem dúvida, um ideário muito adequado às exigências do que foi posto em prática na industrialização russa. Porém, antes que nos detenhamos com mais vagar nas concepções de Serzedelo, convém fixar um ponto de crucial importância para o próprio desenvolvimento da teoria explicativa do surgimento da "guerra como ramo da grande indústria" e sua evolução até o complexo militar industrial.

O sentido da **urgência**, apreendido pelo pior dos caminhos - o fracasso militar -, onde está denunciada a muito possível perda da autonomia e da independência política e econômica, isto pela simples observação dos processos de industrialização e adentramento nele por motivos que incluem também a antevisão da perda da autonomia - como é, em grande medida, o caso do Japão -, ao exigir a aceleração do processo da industrialização, vinculando-o, assim, direta e imediatamente ao "complexo da autonomia", torna-se igualmente criador do "complexo da agressão" potencial e efetiva.

Ora, não estando o processo de rápida expansão do DI alheio às oscilações cíclicas (ainda mais que em grande medida atrelado ao afluxo de capitais externos), chegamos à constatação de que essas crises, ao enfraquecerem a economia do país, colocam-no em situação de vulnerabilidade perante os vizinhos ou potências imperialistas, ou seja, as crises cíclicas atentam contra a soberania nacional. Daí que a *garantia de uma demanda estável* passe, então, a ser objeto de preocupação teórica e, em seguida, de ação estatal planejada, ou, no mínimo, articulada. Assim, cria-se uma situação objetivamente perversa, já que imbricam-se processos que conduzem inexoravelmente a situações potencialmente prenunciadoras de entreveros bélicos e mesmo de guerras mundiais, tal como tivemos a oportunidade de observar ao longo do século XX. Por um lado, a industrialização sob a égide do capital empurra, naturalmente, a produção para a conquista de mercados externos. Por outro, as oscilações cíclicas reduzem o ritmo da expansão dos mercados externos e posteriormente conduzem a redução destes.

Tal enfraquecimento econômico temporário apreende-se, também, como enfraquecimento militar e, por sua vez, também no que respeita à diminuição dos mercados internos, surge a tentação de ampliar politicamente a demanda através de uma guerra, o que redundaria em estímulo à permanente expansão das potencialidades de seu desencadeamento. Observemos os prolegômenos desse processo em uma



observação de Engels sobre as relações entre as altas taxas de lucros internos na economia russa - sob o protecionismo - e sobre a guerra:

Os enormes lucros auferidos pela jovem burguesia russa e o fato de que eles dependem de uma boa colheita, como você explica admiravelmente, esclarecem muitas coisas, que de outra maneira seriam incompreensíveis. Como poderia eu, caso contrário, compreender a afirmação publicada esta manhã na correspondência de Odessa de um jornal londrino, segundo a qual as classes comerciais russas parecem estar possuídas pela ideia de que uma guerra seria a única panaceia verdadeira para a depressão sempre crescente que padece atualmente o conjunto das indústrias russas? Como poderia entender este fato se não é pela completa dependência de uma indústria, criada pelos direitos alfandegários, com respeito ao mercado interno e à colheita dos distritos agrícolas, da qual, por sua vez, depende o poder aquisitivo de seus únicos clientes? E *quando este mercado torna-se insuficiente, não é mais natural para as pessoas ingênuas extendê-lo mediante uma guerra?*⁷⁴.

A guerra torna-se, assim, não somente *força produtiva direta*, ao acelerar enormemente o ritmo da produção industrial e da introdução da ciência nos processos produtivos, como, igualmente, *instrumento de política anticíclica*; não somente *meio político de conquista econômica*, como também de *segurança interna* (contra a classe trabalhadora): ela evolui como um complexo de múltiplas determinações socioeconômicas. *Ela coloca a questão crucial para as industrializações tardias, ou seja, a de desenvolver o mais rapidamente o setor produtor de bens de capital, como forma de garantia da soberania e da ação imperialista externa.* Processo que contará com o apoio decidido do estado que, na maioria das vezes, tomará para si a construção dos complexos da guerra.

⁷⁴ MARX, DANIELSON, ENGELS, op.cit., p. 252 (carta de 29-31/10/1891) (grifo nosso).



2.4. Guerra e industrialização (3): a Guerra do Paraguai e a industrialização paraguaia

2.4.1. Limitação da economia política brasileira: Serzedelo Correa e as industrializações tardias

No Brasil, temos em Serzedelo Correa um pensador contemporâneo das industrializações dos capitalismos tardios, um nacionalista, abolicionista e republicano, cuja defesa do desenvolvimento das forças produtivas nacionais apresenta uma abrangência dificilmente encontrada em outros pensadores seus contemporâneos. Não era exclusivista com relação à indústria, pregando a necessidade da proteção à produção industrial e agrícola nacional. Via o desenvolvimento industrial como meio necessário para a conquista da autonomia econômica do país. Sua visão de conjunto dos problemas do desenvolvimento poderia valer-lhe a caracterização de pioneiro do "desenvolvimentismo": não só postulava o "desenvolvimento das forças produtivas nacionais", como indicava as formas possíveis para que tal objetivo pudesse ser alcançado. Propunha, além de "proteção razoável" através de tarifas alfandegárias, medidas de caráter fiscal, monetário, uma nova função dos financiamentos bancários, desenvolvimento dos transportes e do comércio internacional, abolição dos impostos interestaduais, preferência, por parte do governo, por comprar a fabricantes nacionais. Ao mesmo tempo, preconizava a "nacionalização" crescente das funções de intermediação e comercial, assim como uma limitação na expatriação dos capitais realizados nessas atividades, em grande medida na mão de estrangeiros. De acordo com ele, enquanto tais medidas não fossem tomadas e o país não se firmasse enquanto potência industrial, o caráter colonial de nossa economia não estaria superado.

No entanto, dois momentos frágeis nas concepções de Serzedelo devem ser sublinhados. Em primeiro lugar, a sua negativa em transformar suas propostas em sistema de economia política, optando por um pragmatismo conducente à análise "caso a caso" dos setores ou mercadorias a serem protegidos. Em segundo lugar, a sua não visão da emancipação econômica através do desenvolvimento das indústrias básicas. É de se notar, outrossim, em Serzedelo, uma característica peculiar ao nacionalismo até a segunda década deste século, que é a de não abominar o capital estrangeiro, mas sim de contar com seus préstimos para o "desenvolvimento



das forças produtivas nos países novos"⁷⁵. Nacionalismo esse que depois será alterado, antes de mais nada, devido à reação antiindustrialista, desenvolvida na base do ruralismo nacionalista.

Muito embora possamos observar em Serzedelo Correa uma posição nacionalista e protecionista clara quanto às jazidas minerais, sendo óbvia a necessidade de explorá-las

(...) tendo em atenção o enriquecimento do país, e não do modo por que temos deixado que se faça, não ficando para a nação, nos lucros dessas colossais riquezas, senão as migalhas do imposto. (...) As minas, constituindo uma fortuna extraordinária, sendo riquezas que causas geológicas produziram, e que a ação do homem não pode renovar ou criar, devem ser exploradas com cuidado e por isso, em todos os países, constituem um patrimônio da nação. Não é possível deixar assunto dessa importância à ganância, à incúria ou às ambições do interesse individual, e daí a necessidade de uma lei geral que, a bem da exploração, regule o assunto. A exploração de uma mina é questão delicada e que deve ser feita com inteligência porque, uma vez mal dirigida, acarretará prejuízos e a impossibilidade de outros trabalhos. Minas haverá que se encontrem em terrenos de mais de um proprietário do solo, e a sua exploração não pode estar à mercê da vontade daquele indivíduo, contra o interesse de outros e, especialmente, contra o interesse do país⁷⁶.

Esta posição não chega, entretanto, à postulação da necessidade da montagem de um DI, como estava implícita na posição de um Witte, ou mesmo de Mordvinov, na Rússia.

Sua posição relativamente ao capital estrangeiro, que não aquele voltado para o comércio e a intermediação em geral, muito se aproxima do padrão desenvolvimentista dos capitalismo tardios, no sentido da "diluição" de Witte e do postulado por Azevedo Amaral⁷⁷.

⁷⁵ LUZ, Nícia Vilela, *A luta pela industrialização do Brasil*, São Paulo, Alfa Omega, 1978, p. 82, 92. ⁸⁴ LUZ, N. V., *op.cit.*, p. 92.

⁷⁶ SODRÉ, N. Werneck, *História da burguesia brasileira*, *op.cit.*, p. 217.

⁷⁷ CAPELATO, M. Helena, *op.cit.*, p. 53.



2.4.2. Vanguardas nacionalistas militares - particularidade de seu pensamento econômico

A questão das indústrias "básicas", que se arrasta desde os últimos gabinetes do Império, só se põe com o nível de urgência necessário à sua resolução definitiva após a revolução de 1930 e diante da catástrofe da guerra e das possibilidades de alteração dos pólos de hegemonia mundial como resultado daquela. Isso evidentemente não quer dizer que não houvesse consciência nacional sobre a questão e muito menos que os militares nacionalistas não soubessem disso (*Serzedelo Correa é um general do exército*).

O que ocorre, portanto, não é uma ausência de "modernidade" no pensamento econômico brasileiro. A economia protecionista, de estímulo estatal determinante, largamente utilizadora de prêmios, subsídios e tarifas aduaneiras, capaz de compreender o complexo de relações existentes entre industrialização, criação de um DI imediatamente ligado à montagem do "complexo da guerra", impregna a economia política das vanguardas nacionalistas. E é evidente que os militares têm um ângulo privilegiado de análise dessa questão, já sentida com crueza pelo menos desde a guerra do Paraguai. As exigências da guerra moderna pressupunham o complexo industrial militar. Era impensável, desde a metade do século XIX, pelo menos, conceber-se um exército moderno sem contar com a indústria da guerra, a qual, por sua vez, exigia todo um feixe de setores complementares no DI: metalurgia (aço e ferro em primeiro lugar), eletricidade, carvão mineral, petróleo, etc.⁷⁸. O que ocorre com a industrialização brasileira não é a ausência de individualidades aptas a captarem as tendências do desenvolvimento do mundo moderno. São determinações de vária ordem que conduzem a industrialização nacional a uma

marcha anônima, irregular e profundamente viciosa⁷⁹.

2.4.3. Reversão industrial das potências agrárias e agroexportadoras (Brasil, Cuba, Rússia)

No Brasil, vergar o complexo agroexportador e colocá-lo *conscientemente* a serviço da industrialização e do desenvolvimento das

⁷⁸ SCHNEIDER, Fernand, *História das doutrinas militares*, Amadora, Bertrand, 1975, caps. V ao VIII; KENNEDY, Paul, *op.cit.*, p. 195-198.

⁷⁹ LUZ, N. Vilela, *op.cit.*, p. 85 (palavras de Joaquim Murtinho).



forças produtivas em geral, exigiu o controle direto do estado por parte daquelas elites burguesas marginais ao núcleo agroexportador. O "Brasil potência-agroexportadora" só poderia curvar-se ante a força das armas, ante a potência dos excluídos daquele bloco dominante. Da mesma forma, isso ocorria à potência agroexportadora que era Cuba. Somente a conquista do poder propiciaria a maior aceleração possível do ritmo da industrialização. Nem no Brasil nem em Cuba observamos uma transição pacífica ao poder declaradamente industrializante, capaz de "reconverter" o complexo agroexportador.

O complexo dos interesses agroexportadores, internacional e multinacional, posto em linha direta de continuidade com o recentíssimo passado colonial, tenderá a determinar o ritmo e a profundidade das industrializações. Estas se dão, porém, em situação subalterna. Estão, pois, em situação *inversa* à ordem das determinações essenciais. Daí que essas industrializações, sob a égide dos complexos agroexportadores, tenham que ser "reconvertidas".

No caso cubano, tal foi o grau de especialização e imbricação de sua economia com a dos E.U.A. que, ainda nos anos setenta deste século, observamos o seguinte:

Nos vinte anos transcorridos, não obstante os avanços extraordinários de nossa Revolução, não alcançamos o ritmo médio de crescimento necessário que nos permita sair do subdesenvolvimento, nem conseguimos superar a deformação estrutural que herdamos do capitalismo...⁸⁰.

No Brasil, igualmente, a potência do complexo agroexportador exigirá poderes ditatoriais ao novo poder burguês que afastará o monopólio socioeconômico do café das rédeas do estado. E, em tempos de terror ao comunismo "internacional", a revolução de 30 esbarrá com seus limites. Estes determinarão seus ritmos, a forma de seu desempenho e selarão o seu final. A revolução de 30 terá que caminhar pelo duplo fio que a dessangrará: contra o complexo agroexportador, contra o "povo" e em duelo com os

⁸⁰ PEREZ, Humberto, Gramna, 18/10/1978, in GARCIA, Jose L. Rodrigues, Dos ensayos sobre la economía cubana, La Habana, Ciencias Sociales, 1984, p. 129. Em 1958, p. ex., Cuba destinava 67% de suas exportações aos E.U.A. e importava dos E.U.A. 70% de suas importações (GARCIA, J. L. R., op.cit., p. 55).



interesses do capital monopolista internacional, antes de mais nada o americano. Uma luta em três frentes.

A rapidez relativa com que a Rússia imperial desperta do fracasso da guerra da Criméia e se alça à modernidade capitalista, embora tardia e mais frágil que sua congênera alemã, em parte, é óbvio, está determinada pelo seu mais alto patamar de partida respectivamente às suas co-irmãs "hipertardias" brasileira ou cubana. A Rússia é uma potência agroexportadora a nível europeu. Concomitantemente, é uma potência militar com sérias pretensões e ações imperialistas.

No entanto, o que a permitirá responder com um grau suficiente de rapidez e coordenação aos imperativos de construção de um DI atrelado a um complexo militar industrial de sérias dimensões, será tanto o caráter do poder autocrático quanto o complexo de relações internacionais nas quais está inserida e pelas quais também se encontra, em certa medida, determinada.

O tzarismo se apresenta como uma autocracia militarista de estilo prussiano (desde Pedro, o modelo prussiano é imperante). Isso conforma um poder estatal onde monarquia e nobreza encontram seus destinos soldados num absolutismo imperial dominando um exército nacional de combate (e não proforma como nossa Guarda Nacional) que tem sua oficialidade - recrutada por longos períodos e treinada à altura - extraída da própria nobreza. O corpo de oficiais do exército nacional russo-imperial é a expressão da *nobreza armada*.

Isso garante ao imperador uma autonomia impar perante todas as classes. O poder é um bloco compacto, armado, militar. O estado é um estado militarizado⁸¹. Do ponto de vista econômico, tal autonomia lhe permite a utilização diferenciada da renda nacional em prol da industrialização. A nobreza palaciana, mais próxima do tzar e sua família, direta e imediatamente relacionada com a política interna e externa do governo, é capaz de compreender a catástrofe da guerra da Criméia e posteriormente, da guerra contra o Japão⁸². Pode utilizar a quase que total ausência de direitos políticos das demais classes para os fins da *industrialização forçada* do país sem afetar os privilégios da nobreza a não ser no que era real e inexoravelmente necessário, como por exemplo, o

⁸¹ HISTORIA DE LA URSS, op.cit., p. 262-263.

⁸² ANDERSON, Perry, Linhagens do estado absolutista, Porto, Afrontamento, 1984, p. 417.



processo de emancipação dos servos, iniciado em 1861. Pode, assim, abrir-se a uma "industrialização conservadora" - prussiana tanto no campo quanto na cidade: preservando ao máximo os interesses dos fazendeiros e capitalistas manufatureiros e fabricantes. Atraindo, cooptando para as funções de governo as lideranças reformistas de ambas as classes⁸³. Porém, concomitantemente, buscando não ceder terreno político à burguesia enquanto classe. Equilíbrio esse rôto em 1905 e 1917.

O imperialismo russo seria o coveiro da própria hegemonia política das classes dominantes. As guerras e a marcha forçada da industrialização exacerbam de tal modo as contradições latentes que a maré do ódio, desespero, frustrações e humilhações seculares rompem as frágeis bordas do cálice czarista e burguês, espalhando-se nos novos rumos da revolução operária e camponesa.

Mas para que aquela fosse vitoriosa, dela foi exigido arrancar o bloco czarista-militarista pela raiz, já que este lhe ofereceu mortal resistência - um indicador seguro da solidez dos laços que uniam a nobreza ao czarismo.

A monarquia brasileira, por seu turno, não é autocrático-militarista. É uma monarquia burguesa escravocrata em um país cuja expansão territorial estava "praticamente" completa (o que não quer dizer que houvesse abandonado projetos expansionistas, ou a isso não mais houvesse se dedicado)⁸⁴. Ela é quase que uma refém dos fazendeiros. A corroborar tal afirmação, temos a ficada de D. Pedro I que se dá sob chantagem explícita. Ele escreve ao pai em 15 de dezembro de 1821:

Meu pai e meu senhor:- Hoje soube que por ora não fazem representações, sem que venham as procurações de Minas, São Paulo e outras, e que a representação é deste modo segundo oiço: "Ou vai, nós nos declaramos independentes, ou fica, e então continuamos a estar unidos e seremos responsáveis pela falta de execução das ordens do congresso; e demais tanto os ingleses nos protegem na nossa independência no caso de ir Sua Alteza"⁸⁵.

⁸³ HISTORIA DE LA URSS, op.cit., p. 243-244, 291.

⁸⁴ BANDEIRA, Moniz, O expansionismo brasileiro, Rio de Janeiro, Philobiblion, 1985; MELLO, L. I. de Almeida, A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata militar na América Latina, São Paulo, ANPOCS, 1982, etc.

⁸⁵ NORTON, Luiz, op.cit., p. 201 (Carta de 15/12/1821).



Esgota-se, incapaz em sua origem de ser "prussiana"⁸⁶. É simplesmente afastada por um golpe de estado levado a efeito pelos militares. Cai, ou melhor, é retirada, como uma obturação de ouro, gasta e frouxa, no dente podre do país. Substituída por nova obturação, agora de cimento, feita sobre o nervo exposto. Como dirá Aristides Lobo:

Estamos em presença de um esboço rude, incompleto, completamente amorfo. Não é tudo, mas é muito⁸⁷.

Abre-se a possibilidade de acelerar o tempo histórico, vergar o complexo agroexportador, através da reforma do estado e das instituições; de republicanizar o corpo social estreito nos marcos monárquicos, sem contudo ter base social para caminhar com a rapidez dos capitalismo tardios europeus. Pois, de fato, não tem um bloco de poder tão coeso a ponto de encetar uma caminhada célere. A república vai avançando aos trancos e barrancos, incapaz de impor-se aos exclusivismos do capital agroexportador, mesmo lançando mão de uma forte dosagem de centralização, e, tendo como seu pivô o exército, tal como previa Tavares Bastos⁸⁸.

2.4.4. Guerra do Paraguai: agroexportação escravocrata versus industrialização autônoma

A monarquia tinha plena consciência da potência agroexportadora que tinha em mãos. Em carta a seu pai, D. João VI, d. Pedro I dizia, a propósito das razões da independência:

Os estados independentes (digo os que nada carecem, como o Brasil) nunca são os que se unem aos necessitados e dependentes. Portugal é hoje em dia um Estado de quarta ordem e necessitado, por consequência dependente. O Brasil é de primeira e independente até aqui, que a união é sempre procurada pelos necessitados e dependentes. A união destes dois hemisférios, para poder durar, deve ser de Portugal com o Brasil, e não deste com aquele que é necessitado. Uma vez que o Brasil está persuadido desta verdade eterna, a separação do

⁸⁶ BASTOS, Tavares, Trechos escolhidos, Rio de Janeiro, Agir, 1957, p. 95-97.

⁸⁷ CARONE, Edgar. A primeira república - 1889-1930, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969, p. 289.

⁸⁸ BASTOS, Tavares, Cartas do Solitário, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1975, p. 26.



Brasil é inevitável, se Portugal não buscar todos os meios de se conciliar com ele de todas as formas⁸⁹.

Potência agroexportadora de "primeira", zelosa de sua independência (no sentido de nada carecer). Capaz de ir até as últimas consequências em defesa de sua soberania, sendo esta concebida como manutenção de sua condição de potência. Potência agroexportadora escravista. É este o sentido do envolvimento do Império na questão do Prata e particularmente da Guerra do Paraguai, assim como da livre navegação do Amazonas.

A questão do Uruguai, extensão natural do complexo agroexportador escravista do Rio Grande do Sul, ou seja, a política de impedir o surgimento de fortes estados unificados ao sul, assim como a implantação de núcleos expressivos de populações compostas de imigrantes oriundos das potências centrais e, por conseguinte, de polos comerciais e industriais capazes de enfraquecer a posição estratégica do país, convertendo-o em potência menor; tudo isso, conforma a questão do Prata e do Paraguai enquanto polo dinâmico de uma expansão agroexportadora com a qual a economia do Império não podia competir⁹⁰.

Se, relativamente ao Uruguai, tratava-se de garantir sua situação de apêndice "natural" do complexo escravista agroexportador, o caráter da guerra contra o Paraguai era distinto. Não que as elites escravocratas não desejassem igualmente garantir a expansão econômico-territorial de Mato Grosso - que era a expansão, antes de mais nada, dos ervatais, os quais, por sua vez, se constituem na principal fonte e divisas do Paraguai⁹¹. Ocorre que a potência escravocrata agroexportadora do Império brasileiro se enfrentava, no caso do Paraguai, com uma potência agroexportadora em processo de franca e deliberada industrialização, concebida esta como única garantia da soberania nacional, ou seja, centrada na construção do núcleo industrial pesado e em sua destinação bélica⁹².

Esta particularidade da guerra entre as duas potências confere ao conflito um grau insuspeitado de modernidade. Talvez haja sido esse o motivo pelo qual Mallefer haja dito ser o Brasil a "Rússia dos trópicos" e Quesada caracterizado o Paraguai como "Prússia em miniatura"⁹³.

⁸⁹ BANDEIRA, Moniz, *op.cit.*, p. 201-202 (Carta de 19/06/1822).

⁹⁰ BANDEIRA, Moniz, *op.cit.*, p. 22-225.

⁹¹ *Idem*, p. 223.

⁹² BANDEIRA, Moniz, *op.cit.*, p. 170, 161-162. ¹⁰²

⁹³ *Idem*, p. 180 e 170 (respectivamente).



Tanto Lopez, pai, quanto o filho, Solano, têm plena consciência de estarem construindo uma potência, que inevitavelmente, um belo dia, teria de se enfrentar com o gigante brasileiro⁹⁴. O Paraguai centra seu desenvolvimento industrial na possibilidade de expansão de suas exportações de mate, assim como os Estados Unidos vinha-o fazendo com o algodão⁹⁵. Por sua vez, a vida econômica do Rio Grande e Mato Grosso em boa medida dependiam do mate exportado. As elites regionais exigiam, assim, a guerra, como o meio mais fácil de resolver o imbróglio do Prata. O mesmo pensavam o Visconde do Uruguai, Paulino José Soares de Souza, em 1853, assim como o diplomata Duarte da Ponte Ribeiro, em 1854. Tendo em vista que o Paraguai não aceitava a expansão territorial do Brasil à custa de seu território, o mesmo Duarte da Ponte Ribeiro reiterava a necessidade da guerra em 1855, devendo o governo imperial somente "aproveitar alguma oportunidade que o próprio Lopez der e que possa coonestar nosso emprego de força contra ele para alcançar o que pretendemos"⁹⁶.

Assim, o império escravocrata agroexportador punha-se a esmagar a potência industrializante. E industrializante de uma forma muito especial, já que não optara pela construção de um parque de indústrias básicas multinacionalizado, como seria a opção russa. A construção do DI paraguaio se financiava somente com a agroexportação, antes de mais nada do mate, tabaco, madeiras e já havia planos de plantar-se o algodão⁹⁷. Por sua vez, era o estado o principal empresário e comerciante, ao mesmo tempo exercendo o monopólio sobre as mercadorias da agroexportação, como possuindo vastas propriedades territoriais - cuja origem estava nas antigas propriedades jesuítas e no confisco das terras dos proprietários paraguaios -, campos de atuação através dos quais

Francia quebrantou a classe dominante tradicional, sobretudo o segmento espanhol, e atacou a Igreja, [que] robusteceram enormemente o poder econômico do Estado Paraguaio⁹⁸.

Estas terras ou eram arrendadas a camponeses ou eram exploradas diretamente pelo estado, "com o emprego de escravos e o trabalho forçado

⁹⁴ Idem, *ibidem*, *op.cit.*, p. 248-249.

⁹⁵ FURTADO, Celso, *Formação econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959, p. 127.

⁹⁶ BANDEIRA, Moniz, *op.cit.*, p. 195-196.

⁹⁷ Idem, p. 163.

⁹⁸ BANDEIRA, Moniz, *op.cit.*, p. 159.



de detentos". Premido pelo caráter até então autárquico de sua economia e pelas relações de produção ainda não plenamente capitalistas, após a morte de Francia inicia-se um surto de industrialização autofinanciada, centrada na importação de técnicos e tecnologia estrangeira onde a firma britânica Blyth & Co desempenhou um papel central⁹⁹. Rompe-se a autarquia tanto através da expansão das exportações para a bacia do Prata quanto para a Europa e Estados Unidos. Maillefer chamaria a atenção para esse sistema "um pouco japonês", o qual, no seu entender, se abriria inexoravelmente às mercadorias e civilização europeias¹⁰⁰. Tavares Bastos, por sua vez, bradava contra o patriotismo "conformado" agroexportador e antiindustrialista, que era o seu próprio e, reconhecendo, portanto, a luta do Paraguai como sendo por sua soberania, exercício de um determinado tipo de patriotismo, ao qual ele não se filiava¹⁰¹. Um patriotismo de potência industrial independente.

O patriotismo paraguaio necessitava construir um DI imediatamente atrelado à indústria bélica, ou seja, industrializar-se através da construção de um complexo industrial militar, retirando do complexo agroexportador os necessários montantes em investimentos. É exatamente por compreender o caráter de uma industrialização nas ex-colônias, que, já em 1862, Tavares Bastos perora contra ela. Toda a linha de sua argumentação, centrada em uma economia política "*sui generis*", expressava exatamente o caráter transitivo da formação social por ele defendida. Uma miscelânea de fisiocratismo com livrecambismo, com forte tintura positivista e, suprema ousadia, tentando se apoiar em List para contestar a necessidade de protecionismo no caso do Brasil, pois aqui, se Deus quisesse, reinaria eternamente

a política simples, a política dos tempos patriarcais, a política evangélica¹⁰².

Ousadia pois, de Tavares Bastos, se apoiar em List, já que este tinha clareza quanto à necessidade da industrialização com caráter bélico para a manutenção da soberania onde todos esses processos determinariam a construção de uma potência industrial:

⁹⁹ BANDEIRA, Moniz, op.cit., p. 161.

¹⁰⁰ Idem, p. 262.

¹⁰¹ BASTOS, A. C. Tavares, op.cit., p. 169, 254 (toda a Carta XVIII).

¹⁰² BASTOS, A. C. Tavares, op.cit., p. 169.



A guerra, ou a possibilidade mesma da guerra, torna o estabelecimento de uma capacidade industrial uma exigência indispensável para uma nação de primeira categoria¹⁰³.

E fora exatamente isso o que fizeram, tanto os Estados Unidos como o Paraguai, contra os quais direta e indiretamente lutava o Império, ainda atrelado às disposições da política externa do período da independência¹¹³.

Recebido em 10 mai. 2024 | aceite em 29 jun.2024.

93

¹⁰³ KENNEDY, Paul, op.cit., p. 512 (palavras de List). ¹¹³ NORTON, Luiz, op.cit., p. 159-160.

